

## TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 9

# DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2000 A 2009: PERDAS TEMPORÁRIAS OU REBAIXAMENTO ESTRUTURAL?<sup>1</sup>

**José Roberto Afonso**<sup>2</sup>

**Kleber Castro**<sup>3</sup>

**Gabriel G. Junqueira**<sup>4</sup>

Brasília, setembro de 2009

---

<sup>1</sup> Esta análise tem base em tabulações especiais da arrecadação tributária federal por ramos de atividade econômica, mensais, elaboradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a pedido da Comissão de Crise do Senado Federal, e deve ser divulgada pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. Este artigo não reflete a opinião da Esaf e são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

<sup>2</sup> Economista e técnico em contabilidade; ex-superintendente da área fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), atualmente a serviço do Senado Federal, mestre em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)..

<sup>3</sup> Economista e mestrando da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>4</sup> Economista e mestrando do Instituto de Economia da Unicamp.

GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF

Diretor-Geral da Esaf

Diretor-Geral-Adjunto da Esaf

Diretor de Educação

#### TEXTO PARA DISCUSSÃO

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados de trabalhos desenvolvidos pela área de pesquisa da Diretoria de Educação da Escola de Administração Fazendária, bem como outros trabalhos considerados de relevância tendo em vista as linhas de pesquisa da Instituição.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Esaf ou do Ministério da Fazenda.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## 1 Introdução

A arrecadação tributária federal vem decrescendo em termos reais em um ritmo muito mais intenso que a economia brasileira em 2009. O contraste é cada vez mais visível depois de divulgadas as contas nacionais do primeiro semestre e a arrecadação federal até dois meses depois. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) decresceu entre 1,5%, está caindo na casa de 10% a receita tributária que é tradicionalmente coletada pela Receita Federal, ou seja, excluindo contribuições previdenciárias. Seria completamente previsível e normal que a arrecadação diminuísse na medida em que o País enfrentasse uma severa, mas ainda que rápida, recessão. Contudo, não era de se esperar um diferencial tão grande entre o comportamento da produção e da receita.

O objetivo desta análise é investigar os fatores que explicam esse hiato tão expressivo entre o comportamento do produto e da renda nacional, de um lado, e a receita tributária administrada pelo Fisco Federal, de outro lado. O objeto de estudo será a evolução e a composição da receita coletada pela Receita Federal do Brasil (RFB) no primeiro semestre de cada ano, entre 2000 e 2009, especialmente na sua desagregação setorial. Para tanto, a receita administrada é aberta setorialmente, tomando por base tabulações especiais requisitadas pela Comissão de Crise do Senado Federal à RFB, que detalham a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) a três dígitos e apresentam uma série histórica desde o início desta década.<sup>5</sup>

A estrutura do texto compreende uma breve evolução da arrecadação consolidada; a composição detalhada da arrecadação por grandes setores e, depois, por atividades que mais recolhem tributos federais; e a avaliação dos determinantes da perda de receita após a crise. Para evitar problemas com sazonalidades da receita, a comparação será feita apenas entre os resultados do primeiro semestre de cada ano analisado. Para calcular a carga semestral, será comparada a receita em valores correntes com o montante também corrente do PIB, oficialmente apurado para cada período pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, para este ano, o adotado pelo Banco Central. Portanto, não há projeção própria, apenas a sistematização dos dados e o cálculo dos índices.

---

<sup>5</sup> A planilha eletrônica com os dados originais da RFB está disponível em: <http://www.joserobertoafonso.ecn.br/site/asp/AcervoPessoal.aspx?Tip=1&Num= 525>

## 2 Receita Administrada Agregada

A razão entre receita tributária/PIB é conhecida por carga tributária e dá uma dimensão relativa do seu comportamento, em princípio, já considerando os impactos da crise na arrecadação. Se por hipótese a elasticidade fosse exatamente unitária, a carga poderia ficar constante – ou seja, mesmo que por hipótese o PIB real caísse 4%, a arrecadação também recuaria em 4% e o percentual da carga permaneceria exatamente o mesmo.

Entretanto, uma peculiaridade brasileira ajuda a explicar a diferença entre a queda da produção real e a queda da arrecadação de tributos: exercícios econométricos mensurando diferentes elasticidades da arrecadação à sua base e ao hiato do produto, inclusive repetindo e comparando com modelagem aplicada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já sinalizavam que na fase descendente do ciclo econômico a arrecadação poderia cair em um ritmo mais intenso.<sup>6</sup>

A evolução da razão entre receita administrada e PIB no primeiro semestre de cada ano desta década é mostrada na tabela 1.. Embora esta análise compreenda a evolução apenas até junho de 2009, chama-se a atenção para sua atualidade embora com resultados mais recentes da receita (mas que não estão disponíveis com o mesmo nível de desagregação setorial a seguir analisados). A divulgação mais recente da arrecadação federal de julho e de agosto de 2009 indica que não houve uma mudança na tendência do comportamento da receita ser pior que o da economia. Excluídas as contribuições previdenciárias, a receita acumulada até agosto foi inferior em 10,6% à realizada em igual período de 2008, em termos reais. Essa foi a mesma taxa observada no acumulado até junho.<sup>7</sup>

É importante lembrar que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi cobrada até 2007, quando obteve arrecadação de 1,38% do PIB

---

<sup>6</sup> Na verdade, quando detalhados por tipos de tributos, a simulação comparativa entre as elasticidades tributárias no Brasil e na OCDE apontava para movimentos que, com os resultados efetivos do início de 2009, parecem não estar se concretizando plenamente. Havia a indicação de que a crise financeira internacional levaria o produto a se posicionar abaixo do produto potencial e, com isso, teria um efeito mais do que proporcional na arrecadação do Imposto de Renda (IR) – pessoa física e jurídica – e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas menos do que proporcional em tributos indiretos. Em princípio, como no Brasil os impostos indiretos possuem um peso maior que na média de outros países, era de se esperar que a arrecadação global sofresse relativamente menos (ainda mais considerando que a elasticidade brasileira é de 0,8 em relação ao hiato do produto, pouco abaixo da média européia de 0,9).

<sup>7</sup> Ver relatórios divulgados na seguinte página do portal da Receita:  
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/default.htm>>

no primeiro semestre. Sua extinção, a partir de 2008, não levou a uma queda da arrecadação total na primeira metade deste último ano (2008) – pelo contrário, a carga tributária federal nos primeiros seis meses de 2008 subiu 0,5 pontos do produto em relação à igual período de 2007. A preços constantes (deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), confrontando os recolhimentos para a Receita entre o primeiro semestre de 2007 e o de 2009, é constatado um crescimento de 6,5% no conceito de receita administrada. Se forem incluídas as contribuições previdenciárias, essa taxa sobe para 9,3%.

Evidencia-se que a crise significou uma súbita perda de dinamismo na primeira metade de 2009. No que diz respeito ao mesmo período do ano anterior, só a receita administrada perdeu o equivalente a 1,45 ponto do PIB. O impacto da crise foi tal que, em apenas um semestre, a carga do início de 2009 (15,33% do PIB) recuou em seis anos: só ultrapassa, por pouco, a de 15,24% do produto em igual período de 2003.

Se descontada a CPMF da série, a trajetória é outra. Assim, se entre o primeiro semestre de 2007 e de 2009, a queda foi de 0,95 ponto do produto, computada a CPMF; se for excluída, houve incremento de 0,43 ponto na carga – portanto, um recuo apenas de um ano (queda de 1,38 pontos entre o início de 2008 e de 2009).

Esse fato significa que, embora a produção nacional tenha caído depois da crise, os recolhimentos realizados para a Receita Federal do Brasil diminuíram em um ritmo bem mais intenso.

**Tabela 1 - Evolução da Receita Administrada no Primeiro Semestre em % do PIB - 2000/2009**

Ano	Total A=B+C	"Setorializada" B	Outros (sem setores) C	CPMF D	RAD Líquida de CPMF E=A- D
<b>2000</b>	13,93%	13,50%	0,43%	1,32%	12,61%
<b>2001</b>	14,11%	13,70%	0,41%	1,25%	12,85%
<b>2002</b>	15,05%	14,63%	0,43%	1,32%	13,74%
<b>2003</b>	15,24%	14,71%	0,53%	1,39%	13,85%
<b>2004</b>	15,50%	14,80%	0,70%	1,35%	14,15%
<b>2005</b>	16,07%	15,57%	0,50%	1,39%	14,69%
<b>2006</b>	15,84%	15,39%	0,46%	1,34%	14,51%
<b>2007</b>	16,28%	15,72%	0,55%	1,38%	14,90%
<b>2008</b>	16,78%	15,94%	0,84%	0,08%	16,70%
<b>2009</b>	<b>15,33%</b>	14,54%	0,79%	0,01%	15,33%
<b>2009-2008</b>	<b>-1,45%</b>	-1,40%	-0,05%	-0,07%	-1,38%
<b>2009-2007</b>	<b>-0,95%</b>	-1,18%	0,23%	-1,37%	0,43%
<b>2009-2002</b>	<b>0,28%</b>	-0,08%	0,36%	-1,31%	1,59%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil e Bacen.

Total exclui receita previdenciária. Receita "setorializada" abrange arrecadação identificada por CNAE. Outros abrange arrecadação do SIMPLES, IRPF e outras receitas atípicas.

Para aprofundar a análise é feita, em primeiro lugar, uma separação da receita administrada que não pode ser classificada por setores – caso da oriunda do regime especial de microempresas (Super Simples), do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e de outros recolhimentos atípicos. Observa-se, na Tabela 1, que não foram estas as receitas que ditaram a queda da carga tributária em 2009, mas sim o primeiro e maior bloco, formado pelas receitas oriundas das empresas e bancos. Chega até a ser surpreendente que o impacto da crise tenha sido quase nulo para o bloco de Simples, IRPF e outros: queda quase imperceptível de 0,05 ponto do PIB entre o primeiro semestre de 2009 e de 2008 e aumento de 0,36 ponto em relação ao mesmo período de 2002. Salvo algum problema no tratamento da base estatística, a explicação pode estar na adesão maciça ao regime simplificado anterior e ao que foi ampliado há poucos meses, para contemplar mais setores e até tributos de outros governos – conhecido como Simples Brasil/Super Simples. Portanto, a queda do total da receita administrada recente pode ser toda explicada pela queda do agregado receita setorial.

### **3 Arrecadação Setorial**

Para uma análise mais aprofundada, não basta recorrer aos dados agregados, sendo necessário buscar sua composição setorial. Assim será possível identificar quais são as atividades econômicas cujos recolhimentos mais sofreram com a crise e quais são os setores que devem receber atenção prioritária da política anticíclica dos governos.

A concentração das perdas no grande bloco da receita setorialmente identificada é um fato que favorece o propósito desta análise de tentar identificar as atividades mais impactadas pela crise, em termos de contenção no recolhimento tributário. Especificamente, cabe investigar quais setores que determinaram com mais ou menos intensidade a queda da receita administrada pela SRF. O interessante deste estudo é também permitir estimar quais foram os setores mais afetados pela crise, ou seja, se o ritmo de arrecadação de um determinado setor caiu mais que a média, espera-se que este setor tenha reduzido sua atividade mais que a média.

A queda mais abrupta da receita setorial agregada ocorreu entre a primeira metade de 2008 e a de 2009: -1,4 pontos do PIB. Em uma visão mais longa, na comparação com 2002 a queda é de apenas 0,14 ponto do produto. A agregação da carga setorial de 14,54% do PIB no primeiro semestre de 2009 é o pior resultado da

arrecadação desde 2002, só superando a carga do biênio 2000-2001. Não há dúvida de que a trajetória de crescimento contínuo e crescente da carga tributária federal foi bruscamente interrompida depois da crise internacional.

Uma ideia simplória seria esperar que, se a crise atingisse igualmente todos os setores, a queda da carga tributária federal recente também seguisse a mesma trajetória. Não foi o que aconteceu como mostra a Tabela 2: receita administrada em percentual do PIB nacional decomposta por grandes setores e, como antes, abrangendo apenas o primeiro semestre dos últimos anos. Entre os maiores arrecadadores, a Indústria de Transformação mantém-se no topo do *ranking* em 2009 com uma carga tributária (federal) de 4,67% do PIB, mas com forte recuo em relação ao ano anterior, o seu melhor da década (5,73% do PIB). Na sequência, aparecem os setores Financeiro (3,64% do PIB em 2009, mas o melhor ano foi 2007, com 4,43%) e de Comércio (1,78% do PIB, abaixo de 2008, mas acima dos outros anos).

Tabela 2 - Evolução da Carga da RAD por Grandes Setores no Primeiro Semestre em % do PIB - 2000/2009

Grandes Setores	% do PIB									
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
<b>SOMA</b>	<b>14,54%</b>	<b>15,94%</b>	<b>15,72%</b>	<b>15,39%</b>	<b>15,57%</b>	<b>14,80%</b>	<b>14,71%</b>	<b>14,63%</b>	<b>13,70%</b>	<b>13,50%</b>
Indústria de Transformação	4,67%	5,73%	5,38%	5,36%	5,64%	5,16%	4,95%	4,27%	4,39%	4,06%
Financeiro	3,64%	3,97%	4,43%	4,30%	4,18%	4,30%	4,52%	5,00%	3,83%	4,03%
Comércio	1,78%	1,83%	1,70%	1,58%	1,62%	1,51%	1,51%	1,46%	1,62%	1,66%
Serviços Empresariais	0,79%	0,82%	0,68%	0,83%	0,89%	0,93%	1,00%	1,00%	1,06%	1,02%
Comunicação	0,61%	0,62%	0,61%	0,59%	0,64%	0,55%	0,51%	0,54%	0,65%	0,60%
Administração Pública	0,67%	0,60%	0,61%	0,57%	0,55%	0,57%	0,54%	0,59%	0,56%	0,55%
Utilidades Públicas	0,81%	0,80%	0,85%	0,84%	0,81%	0,62%	0,49%	0,56%	0,47%	0,52%
Educação, Saúde, NãoLucro	0,41%	0,41%	0,38%	0,38%	0,39%	0,40%	0,38%	0,48%	0,41%	0,43%
Transporte e Correio	0,46%	0,46%	0,41%	0,40%	0,37%	0,35%	0,31%	0,30%	0,27%	0,23%
Construção	0,44%	0,38%	0,31%	0,22%	0,19%	0,18%	0,19%	0,22%	0,23%	0,19%
Extrativa Mineral	0,15%	0,21%	0,24%	0,22%	0,17%	0,11%	0,20%	0,11%	0,09%	0,09%
Alojamento e alimentação	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%
Primário	0,04%	0,05%	0,04%	0,04%	0,05%	0,05%	0,06%	0,05%	0,05%	0,05%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil e Bacen.

Nota: Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

É possível notar, observando mais detalhadamente os dados da RFB, que a arrecadação administrada (exceto receitas previdenciárias) apresentou comportamento setorial bem heterogêneo. A dispersão dos impactos entre os setores foi enorme, como evidenciado na Tabela 3. Esse fato pode ser visto como um primeiro sinal de que a contenção da carga tributária federal pode não refletir apenas os efeitos da crise financeira global.

Tabela 3 - Variação da Carga da RAD por Grandes Setores no Primeiro Semestre - 2000/2009

Macrosetores	Variação em % do PIB			Composição %			Determinante Variação %		
	2009-08	2009-07	2009-02	2009	2008	2002	2009-08	2009-07	2009-02
<b>TOTAL</b>	<b>-1,40%</b>	<b>-1,18%</b>	<b>-0,08%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Indústria de Transformação	-1,06%	-0,71%	0,40%	32%	36%	29%	76%	61%	-478%
Financeiro	-0,33%	-0,80%	-1,36%	25%	25%	34%	24%	67%	1634%
Comércio	-0,06%	0,08%	0,32%	12%	11%	10%	4%	-6%	-382%
Extrativa Mineral	-0,05%	-0,09%	0,05%	1%	1%	1%	4%	7%	-54%
Serviços Empresariais	-0,03%	0,11%	-0,21%	5%	5%	7%	2%	-9%	256%
Comunicação	-0,01%	0,00%	0,07%	4%	4%	4%	1%	0%	-87%
Primário	-0,01%	0,00%	-0,01%	0%	0%	0%	1%	0%	14%
Educação, Saúde, NãoLucro	0,00%	0,03%	-0,06%	3%	3%	3%	0%	-2%	78%
Transporte e Correio	0,00%	0,05%	0,17%	3%	3%	2%	0%	-5%	-201%
Alojamento e alimentação	0,01%	0,00%	0,01%	0%	0%	0%	0%	0%	-16%
Utilidades Públicas	0,01%	-0,04%	0,25%	6%	5%	4%	-1%	3%	-301%
Construção	0,06%	0,14%	0,23%	3%	2%	1%	-5%	-12%	-270%
Administração Pública	0,07%	0,06%	0,08%	5%	4%	4%	-5%	-5%	-93%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil e Bacen.

Nota: Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Apesar de a Indústria de Transformação manter-se como o principal setor em termos de arrecadação de receita para a RFB, este também foi o setor que mais afetou a receita administrada do primeiro semestre de 2008 para o mesmo período de 2009. A queda da carga deste setor neste período foi de 1,06% do PIB, o que explicou quase 76% do total da queda da receita administrada setorial do governo federal. Outra forma de enxergar isto é a queda da participação da indústria de transformação na composição da carga setorial de 2009: enquanto no primeiro semestre de 2008 o setor respondia por quase 36% de toda a receita setorial, em 2009 esse percentual caiu para aproximadamente 32%. Esse resultado coaduna-se com as recentes estatísticas divulgadas pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Segundo o resultado desta pesquisa em junho, a produção física da indústria brasileira no primeiro semestre de 2009 caiu 13,4% diante do mesmo período de 2008 – o pior resultado em 34 anos.

A indústria foi decisiva para a queda de receita, como mostram as últimas colunas da Tabela 3. A Indústria de Transformação, ao arrecadar na primeira metade deste ano 1,06% do PIB a menos do que em igual período do ano passado, explicou sozinha 76% do recuo global da receita administrada – embora o setor gere menos de um terço dessa arrecadação. Antecipa-se, porém, que ao decompor pelas indústrias de maior arrecadação (nas Tabelas 4 e 5), surgirão evidências de que não foi só a crise global que derrubou a carga deste setor. Sabe-se que as desonerações tributárias para incentivar a economia foram concentradas no Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e na indústria de transformação; entretanto, a grande queda em refino de petróleo tem mais a ver com as controversas mudanças no regime de tributação pela maior empresa do ramo.

Outro setor que demonstrou recuo da receita no curto prazo foi o setor Financeiro, caindo também na comparação entre 2009 e 2002 – ao contrário da Indústria de Transformação, que cresceu nesse período maior. Apesar de ter sofrido queda de arrecadação frente ao mesmo período do ano passado, as comparações com 2007 e 2002 são mais contundentes – aí pese a CPMF, cujo recolhimento era feito por este setor, ainda que, de fato, o tributo fosse pago pelos correntistas ou aplicadores. Com relação ao primeiro semestre de 2007, a arrecadação dos seis primeiros meses deste ano sofreu queda de 0,80% do PIB. Na mesma base de comparação, mas com relação ao primeiro semestre de 2002, a queda chegou a 1,36% do PIB. Isto torna o setor o maior responsável pelo total da queda da arrecadação setorial entre 2002 e 2009 e entre 2007 e 2009. O resultado de tamanha queda em um prazo mais longo é a forte queda na participação do setor financeiro no total arrecadado pela RFB entre 2002 e 2009: de 34,2% do total no primeiro ano para 25% em 2009.

Cabe agora avaliar, nestes grandes setores (de forma desagregada), quais foram mais ou menos representativos na determinação da forte queda da receita administrada setorial do governo federal. A seguir, serão apresentadas as mesmas tabelas, porém, destacando os ramos de atividades (3 dígitos da CNAE) mais relevantes para a receita administrada – como sempre, calculando a carga tributária de cada um, em porcentagem do PIB, de cada primeiro semestre, de 2000 a 2009.

**Tabela 4 - Evolução da Carga da RAD por Principais Atividades no Primeiro Semestre em % do PIB - 2000/2009**

Principais Atividades	% do PIB									
	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
<b>SOMA</b>	<b>14,54%</b>	<b>15,94%</b>	<b>15,72%</b>	<b>15,39%</b>	<b>15,57%</b>	<b>14,80%</b>	<b>14,71%</b>	<b>14,63%</b>	<b>13,70%</b>	<b>13,50%</b>
<b>Subtotal - Atividades Seleccionadas</b>	<b>6,01%</b>	<b>7,05%</b>	<b>7,39%</b>	<b>7,15%</b>	<b>7,14%</b>	<b>7,04%</b>	<b>7,34%</b>	<b>7,34%</b>	<b>6,10%</b>	<b>5,84%</b>
Intermediação monetária - depósitos à vista	2,18%	2,41%	3,14%	3,03%	2,96%	2,93%	3,23%	2,75%	2,68%	3,05%
Fabricação de produtos derivados do petróleo	0,97%	1,26%	1,31%	1,53%	1,44%	1,46%	1,68%	1,22%	0,82%	0,65%
Administração do estado e da política econômica e social	0,45%	0,40%	0,38%	0,35%	0,35%	0,37%	0,34%	0,33%	0,33%	0,35%
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	0,33%	0,57%	0,43%	0,37%	0,34%	0,37%	0,34%	0,37%	0,56%	0,35%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	0,31%	0,36%	0,28%	0,28%	0,24%	0,25%	0,30%	0,24%	0,29%	0,23%
Siderurgia	0,26%	0,36%	0,32%	0,28%	0,41%	0,23%	0,19%	0,13%	0,17%	0,16%
Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	0,24%	0,33%	0,25%	0,25%	0,30%	0,27%	0,22%	0,20%	0,18%	0,17%
Atividades de sociedades de participação	0,22%	0,27%	0,18%	0,17%	0,17%	0,33%	0,33%	0,44%	0,30%	0,13%
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,21%	0,28%	0,26%	0,24%	0,23%	0,18%	0,16%	0,13%	0,15%	0,13%
Previdência complementar	0,20%	0,17%	0,15%	0,14%	0,17%	0,19%	0,14%	1,09%	0,11%	0,11%
Outras atividades de serv. prestados principalm. às empresas	0,19%	0,20%	0,20%	0,16%	0,18%	0,16%	0,16%	0,18%	0,19%	0,16%
Telecomunicações por fio	0,18%	0,20%	0,25%	0,13%	0,16%	0,13%	0,10%	0,12%	0,18%	0,19%
Captação, tratamento e distribuição de água	0,13%	0,11%	0,12%	0,11%	0,11%	0,08%	0,07%	0,05%	0,05%	0,08%
Construção de edifícios	0,13%	0,12%	0,11%	0,10%	0,08%	0,09%	0,09%	0,10%	0,10%	0,09%
<b>Demais Atividades</b>	<b>8,54%</b>	<b>8,89%</b>	<b>8,33%</b>	<b>8,23%</b>	<b>8,44%</b>	<b>7,76%</b>	<b>7,37%</b>	<b>7,28%</b>	<b>7,60%</b>	<b>7,65%</b>

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil e Bacen.  
Nota: Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Entre os ramos selecionados, o que mais arrecada é o de Intermediação Monetária – Depósitos à Vista, que está incluído e representa a maior parte do setor Financeiro. Os bancos arrecadaram 2,18% do PIB no primeiro semestre de 2009, cerca de 1 ponto do produto a menos do que há dois anos – quando recolhiam a CPMF. De

qualquer forma, a perda de receita no último ano deve ser explicada basicamente pela súbita queda dos tributos sobre lucros.

O segundo colocado no *ranking* dos setores que mais arrecadam foi o de Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo, com carga de 0,97% do PIB na primeira metade deste ano, o patamar mais baixo no mesmo período dos últimos oito anos. Chegou-se a esse ponto após uma trajetória de carga claramente decrescente, iniciada antes mesmo de irromper a crise financeira global. Depois desta, conforme os boletins publicados mensalmente pela Receita Federal do Brasil,<sup>8</sup> a arrecadação desse setor menos reflete os efeitos negativos da crise e muito mais as compensações tributárias – mecanismo<sup>9</sup> pelo qual contribuintes do setor, que teriam pago tributos a maior no passado, puderam recuperá-los por meio de abatimento das contribuições que teriam a pagar (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide).<sup>10</sup> O resultado é que, a despeito do aumento do consumo e da produção de

---

<sup>8</sup> Vale reproduzir o informado no documento Análise da Arrecadação das Receitas Federais, divulgado pela Receita Federal do Brasil, sobre junho de 2009, comentando a arrecadação desde o início desse ano:

- sobre a Cofins e o PIS/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), “... o fator mais relevante para esse resultado foi a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,1 bilhões, nos meses de janeiro a junho/09...” (pág.12)

- sobre a Cide-Combustíveis, “... e compensações, nos meses de janeiro a março/09, no valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão” (pág. 13).

Observa-se complementarmente que, no caso das duas primeiras contribuições, tabela da página 13 indica que a arrecadação de combustíveis diminuiu de R\$ 7.973 para 4.452, em bilhões, constantes de junho último (IPCA), com queda de R\$ 3,5 bilhões ou de 44,2%, que explicou 35% do decréscimo total da arrecadação da Cofins e PIS.

Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2009/Analismensaljun09.pdf>>.

Além do informado nos boletins divulgados em 2009, a Receita Federal já tinha reportado compensações tributárias na análise de dezembro, reduzindo em R\$ 870 milhões a Cofins/PIS (pág.5), e a tabela (pág.9) com a arrecadação setorial informou queda real de 75% em combustíveis entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008.

Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2008/Analismensaldez08.pdf>>.

<sup>9</sup> O mecanismo das compensações tributárias é defendido por Everardo Maciel, disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/08/03/controversias-sobre-compensacoes-tributarias-210667.asp>>.

<sup>10</sup> A maior empresa do setor de petróleo no País confirmou publicamente as compensações tributárias e justificou sua iniciativa ao menos por duas vezes:

- em audiência pública no Senado Federal, do seu Presidente, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos em 24/3/2009; ver:

<http://legis.senado.gov.br/sil-pdf/Comissoes/Permanentes/CAE/Atas/20090324CN007.pdf>

- em nota oficial emitida em 11/5/2009, com o título: “PETROBRAS adota práticas tributárias legais”; ver: [http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco\\_arq/PagImpostosRegCaixal.pdf](http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/PagImpostosRegCaixal.pdf), bem assim em entrevista dada na mesma ocasião, tais como as citadas em:

<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,pensa-se-muito-na-petrobras-como-a-geni--diz-gabrielli,369014.0.htm>

petróleo, bem assim dos seus preços (até meados do ano passado), a carga desse setor chegou a 1,68% do PIB do primeiro semestre de 2003, no melhor primeiro período da década; 1,53% do produto de igual período de 2006; e cerca de 1% do PIB, neste ano.

O terceiro lugar num *ranking* com mais de 800 setores é igualmente surpreendente: 0,45% do PIB no início de 2009 foram recolhidos pela própria Administração do Estado e da Política Econômica e Social. É o melhor resultado da década e reflete a contrapartida na receita da forte expansão do gasto público (uma boa parte dessa receita deve envolver o IR retido na fonte dos servidores). Vale atentar, ainda, que a maior parte dessa receita provém do próprio governo federal porque a imunidade constitucional recíproca dispensa os demais governos de recolher a maior parte dos impostos – embora recolham Pasesp sobre os seus orçamentos.

Os setores selecionados mais relevantes em termos de receita administrada pela RFB também foram os que mais influenciaram na sua queda no período em análise, como revela a Tabela 5. A redução mais forte ocorreu na fabricação de produtos derivados de petróleo: entre o primeiro semestre de 2008 e mesmo período deste ano a queda foi de 0,29% do PIB, explicando pouco mais de 1/5 (um quinto) do total da redução da receita administrada setorial. A perda de participação deste setor também foi significativa de 2008 para 2009: de 7,93% do total para 6,68% do total.

Tabela 5 - Variação da Carga da RAD por Principais Atividades no Primeiro Semestre - 2000/2009

Setores	Variação em % do PIB			Composição %			Determinante Variação %		
	2009-08	2009-07	2009-02	2009	2008	2002	2009-08	2009-07	2009-02
<b>SOMA</b>	<b>-1,40%</b>	<b>-1,18%</b>	<b>-0,08%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Subtotal - Atividades Selecionadas</b>	<b>-1,05%</b>	<b>-1,38%</b>	<b>-1,33%</b>	<b>41%</b>	<b>44%</b>	<b>50%</b>	<b>75%</b>	<b>117%</b>	<b>1596%</b>
Fabricação de produtos derivados do petróleo	-0,29%	-0,34%	-0,25%	7%	8%	8%	21%	28%	298%
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	-0,24%	-0,09%	-0,03%	2%	4%	3%	17%	8%	39%
Intermediação monetária - depósitos à vista	-0,23%	-0,96%	-0,57%	15%	15%	19%	17%	81%	684%
Siderurgia	-0,10%	-0,06%	0,13%	2%	2%	1%	7%	5%	-153%
Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	-0,09%	-0,01%	0,04%	2%	2%	1%	6%	1%	-49%
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	-0,07%	-0,05%	0,08%	1%	2%	1%	5%	5%	-93%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	-0,06%	0,03%	0,06%	2%	2%	2%	4%	-2%	-77%
Atividades de sociedades de participação	-0,05%	0,04%	-0,21%	2%	2%	3%	3%	-3%	256%
Telecomunicações por fio	-0,02%	-0,07%	0,06%	1%	1%	1%	1%	6%	-75%
Outras atividades de serv. prestados principalm. às empresas	-0,01%	-0,01%	0,01%	1%	1%	1%	1%	1%	-16%
Construção de edifícios	0,01%	0,03%	0,03%	1%	1%	1%	0%	-2%	-40%
Captação, tratamento e distribuição de água	0,02%	0,01%	0,08%	1%	1%	0%	-2%	-1%	-97%
Previdência complementar	0,03%	0,05%	-0,89%	1%	1%	7%	-2%	-4%	1065%
Administração do estado e da política econômica e social	0,05%	0,07%	0,12%	3%	2%	2%	-4%	-6%	-145%
Demais Atividades	-0,35%	0,20%	1,25%	59%	56%	50%	25%	-17%	-1496%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil e Bacen.

Nota: Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

Os setores Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários (o mais beneficiado por incentivos fiscais pós-crise) e Intermediação Monetária (mais impactado no corte de crédito e lucros) sofreram as seguintes quedas em percentual do

PIB de 2008 para 2009: 0,24 pontos do PIB e 0,23 pontos do PIB, respectivamente. Isto fez com que também apresentassem praticamente o mesmo nível de determinação no total da variação da receita administrada setorial: cada um explicou algo em torno de 17% da perda total. Porém, há uma diferença forte entre os dois setores. Ao contrário da indústria automobilística, os bancos têm um grande peso na composição do total da receita. Assim, esta queda de 0,24% do PIB de 2008 para 2009 não provocou uma mudança muito drástica em sua participação no total da arrecadação: queda de 15,13% do total para 14,98% do total.

No caso da fabricação de automóveis, a redução foi muito forte: de 3,59% para 2,29% do total. E muito dela certamente está vinculada à redução de IPI e outros incentivos concedidos depois da crise como a principal resposta do governo para incentivar suas vendas. Autoridades econômicas e analistas atribuíram a tais desonerações um grande peso na explicação para a contenção da arrecadação. Entretanto, as evidências não corroboram essa tese – a começar porque o IPI pouco pesava na arrecadação federal, antes mesmo da crise. A renúncia fiscal de IPI para a indústria automobilística teria custado R\$ 1,816 bilhões no primeiro semestre de 2009 (segundo o Valor de 24/8/2009), mas a queda no total arrecadado pelas atividades vinculadas àquela indústria (CNAE 291 a 295) foi de R\$ 5,3 bilhões, a preços constantes – ou seja, a renúncia de IPI explicaria apenas um terço da perda de arrecadação da indústria automobilística no último ano (o mesmo montante de incentivo equivale a apenas 7% da perda total de R\$ 25,3 bilhões da receita setorial agregada). Além disso, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acredita que o impacto final da renúncia foi ainda menor pela expansão nas atividades e nos outros tributos que teria sido provocada.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> É interessante ver a avaliação divulgada pelo Ipea, em 1/9/2009, sob o título “Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis”, divulgada por João Sicsú e Fábio Rotiman. As conclusões assim foram destacadas pelo Ipea:

Entre janeiro e junho, 1,420 milhão de veículos (automóveis e comerciais leves) foram vendidos no país. Destes, 191 mil podem ser atribuídos à medida de redução do IPI. Ou seja, 13,4% do que foi vendido é atribuído à redução do imposto... A conta não inclui a venda de caminhões.

O estudo revelou ainda que a queda nas alíquotas do IPI fez a arrecadação encolher em R\$ 1,8 bilhão. No entanto, a mesma decisão, ao elevar a venda de veículos, levou à arrecadação de mais US\$ 1,2 bilhão. Portanto, o chamado custo de desoneração da queda do IPI foi de R\$ 559 milhões. Na verdade, o custo dessa desoneração deve ser menor ainda, porque o cálculo inclui apenas tributos federais, mas sabemos que houve também um impacto certamente positivo sobre arrecadação de ICMS.

A questão do fim da CPMF em dezembro de 2007 fica clara, mais uma vez, quando se compara o primeiro semestre deste ano com os dos anos de 2007 e 2002 no setor “intermediação financeira – depósitos à vista”. Para se ter uma ideia, este setor explica mais de 81% da queda do total da receita administrada setorial entre os seis primeiros meses de 2007 e o mesmo período de 2009. A participação deste em 2002 era de 18,8% do total da receita setorial da RFB, mas em 2009 caiu para 14,98%. Ou seja, em uma análise de prazo mais longo, os números revelam não apenas os efeitos da crise como também mudanças no sistema tributário.

O Ipea também analisou o comportamento recente da receita tributária federal depois da crise, tendo divulgado em 26/8/2009 a Nota Técnica “O que explica a queda recente da receita tributária federal?”, bem assim uma apresentação da Diretoria de Estudos Macroeconômicos responsável pelo estudo.<sup>12</sup> Enquanto esta análise tem base apenas nos setores de atividade, o Ipea agrupou a arrecadação por principais bases e identificou principais tributos, inclusive calculando elasticidades e desempenhos setoriais (conforme *slides* reproduzidos ao fim desta nota). Ainda que método e foco da análise tenham sido um pouco diferentes, as constatações foram semelhantes: “... os setores que mais puxaram a arrecadação nos períodos passados também foram os principais responsáveis pela queda recente...”. Citam a indústria extrativa de minerais metálicos e a metalúrgica, o setor financeiro e o setor petroquímico, para concluir: “Ou seja, podemos relacionar a expansão da receita tanto ao ciclo real de crescimento econômico quanto ao ciclo de valorização de ativos financeiros e commodities que tem caracterizado a economia mundial na última década.” (pág.15).

#### **4 Um caso particular: Petróleo**

Excepcionalmente no caso de petróleo, deve-se observar a evolução a cada semestre desde 2000, conforme a Tabela 6. Como o determinante-chave para a queda de sua arrecadação no início desde ano foram as controversas compensações tributárias realizadas por contribuintes do setor,<sup>13</sup> já mencionadas, vale verificar a evolução por

---

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826\\_NotaTecTribut.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826_NotaTecTribut.pdf)>

Ver ao fim, desse trabalho, um *slide* extraído da citada nota técnica do Ipea com a variação da receita federal por principais setores.

<sup>13</sup> A polêmica pública envolveu dois aspectos específicos das compensações: primeiro, a possibilidade de mudar no meio do exercício financeiro o regime de tributação de recursos externos; segundo, a

semestre: depois que o dólar disparou, poderia ter provocado uma valorização artificial dos ativos externos e gerado maior imposto, mas foi observada uma carga de 1,26% do PIB no segundo semestre de 2008 – exatamente igual a do primeiro semestre (não houve saldo na arrecadação) e praticamente igual a do segundo semestre de 2007.

Em uma visão retrospectiva que não se prenda apenas à queda de 2008 para 2009, é possível observar que a queda da arrecadação federal de petróleo, na verdade, retrata uma deterioração de longo prazo. Para evitar sazonalidades, a comparação só do primeiro semestre, revela que, no início de 2003, o setor recolheu 1,68% do PIB, logo, caiu 0,71 ponto até o início deste ano – ou seja, se pagasse a mesma proporção, teria recolhido R\$ 10,3 bilhões a mais que os R\$ 14 bilhões pagos na primeira metade deste ano. É uma tendência exatamente inversa à observada nos demais setores: recolheram 0,55 ponto do produto a mais no primeiro semestre de 2009 que no de 2003, apesar de também sofrerem o impacto da crise (e talvez não tenham se valido tanto de compensações tributárias quanto contribuintes do ramo de petróleo).

---

transferência para outros governos de receita que tenha sido objeto de compensação. Só o primeiro ponto interessa para análise da arrecadação, objeto desta nota, e vale comentar duas posições sobre o assunto.

De um lado, o contribuinte envolvido na controvérsia defendeu em nota pública os R\$ 2,14 bilhões que compensou relativos à variação cambial, da seguinte forma: ... até então vinha tributando as receitas de variação cambial pelo regime de competência, optou por utilizar o regime de caixa para o exercício de 2008... Desta forma, ainda que por razões sistêmicas a mudança de critério tenha sido operacionalizada no segundo semestre de 2008, a mesma vale para todo o exercício em razão da opção pela apuração anual... Essa opção é formalizada, anualmente, no momento em que a Petrobras entrega a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). Para o exercício de 2008, essa entrega ocorrerá apenas em 30 de junho de 2009.” Ver: Disponível em: <[http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco\\_arq/PagImpostosRegCaixa.pdf](http://www2.petrobras.com.br/ri/spic/bco_arq/PagImpostosRegCaixa.pdf)>.

De outro lado, em seguida, a Receita Federal do Brasil divulgou no mesmo dia, 11/05/2009, um esclarecimento a respeito da MP nº 2158-35, de 24/08/2001, com o seguinte teor:

De acordo com o artigo nº 30 da MP 2158-35, de 24/8/2001, a partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias ativas e passivas serão consideradas para efeito de determinação da base de cálculo do IR, da CSLL e PIS/Cofins quando da liquidação da correspondente obrigação (regime de caixa). O parágrafo 1º desse artigo dispõe que à opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições, segundo regime de competência, e de acordo com o parágrafo 2º, a opção se aplicará a todo o ano-calendário. O parágrafo 3º diz que no caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subsequentes, para efeito de terminação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal. Portanto, conforme mencionado anteriormente, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 30, MP 2158-35/2001, caso o contribuinte tenha iniciado o ano-calendário escolhendo um dos dois regimes (caixa ou competência), esta opção deve ser observada para todo o ano, não sendo permitida a alteração de critério no decorrer do ano-calendário.

**Tabela 6 - Carga Semestral da RAD do Setor de Petróleo e Outros em % do PIB - 2000/2000**

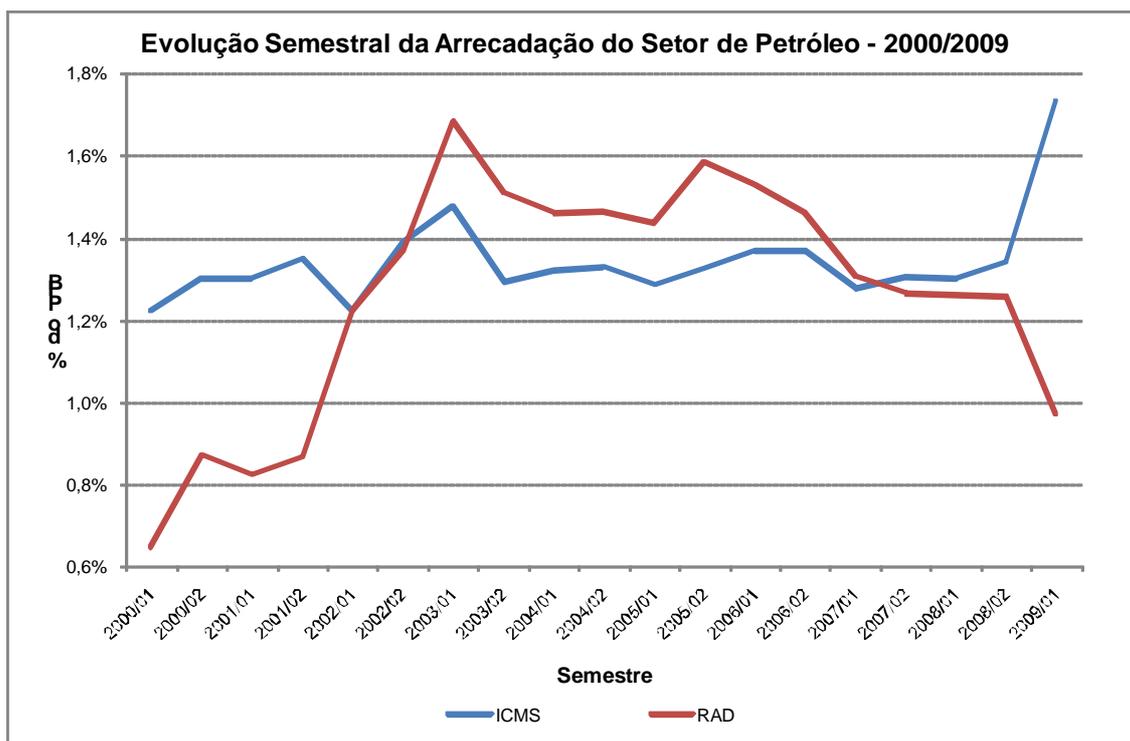
Semestre	Petróleo	Outros Setores	Total
2000/01	0,65%	12,85%	13,50%
2000/02	0,87%	12,53%	13,40%
2001/01	0,82%	12,88%	13,70%
2001/02	0,87%	13,10%	13,96%
2002/01	1,22%	13,41%	14,63%
2002/02	1,37%	14,01%	15,38%
2003/01	1,68%	13,03%	14,71%
2003/02	1,51%	12,71%	14,22%
2004/01	1,46%	13,34%	14,80%
2004/02	1,47%	13,51%	14,97%
2005/01	1,44%	14,14%	15,57%
2005/02	1,58%	13,96%	15,54%
2006/01	1,53%	13,86%	15,39%
2006/02	1,46%	13,70%	15,16%
2007/01	1,31%	14,42%	15,72%
2007/02	1,27%	14,93%	16,19%
2008/01	1,26%	14,68%	15,94%
2008/02	1,26%	14,42%	15,68%
2009/01	0,97%	13,57%	14,54%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil e Bacen.

Ainda analisando especificamente ao setor de petróleo, principal responsável pela queda da arrecadação total do governo federal entre a primeira metade de 2008 e o mesmo período de 2009. O Gráfico 1 mostra a evolução semestral da arrecadação deste setor pelo governo federal e pelo governo estadual (ICMS).

O fato mais marcante evidenciado pelo Gráfico 1 é a abrupta queda de arrecadação de 2008 para 2009 da receita administrada pela RFB: de 1,26% do PIB (nos dois semestres de 2008) para 0,97%. Porém, a tendência declinante é anterior: desde o primeiro semestre de 2006 que a arrecadação neste setor vem despencando – saindo de um patamar de 1,58% do PIB no segundo semestre de 2005 para menos de 1% do PIB no primeiro semestre deste ano. A arrecadação do setor no primeiro semestre de 2009 é o patamar mais baixo dos últimos oito anos, tendo a perda de 0,3 pontos do PIB (contra o primeiro semestre de 2008) explicado 21% da queda no total da receita administrada no mesmo período.

### Gráfico 1



Fonte: SRF, Confaz e Bacen.

Nem é preciso dizer que o consumo e, especialmente, a produção nacional de petróleo cresceram expressivamente ao longo desse período (últimos oito anos). O mesmo aconteceu com os preços – nem mesmo a crise afetaria diretamente o faturamento interno do setor uma vez que não foram reduzidos os preços de combustíveis no mercado nacional (e mesmo a queda no mercado internacional já foi parcialmente recuperada). Seja por quantidade, seja por preço, a base de tributação federal, por princípio, é hoje muito maior do que era há um ano, seis anos, ou oito anos atrás. Não há dúvida de que a base não explica a deterioração da arrecadação federal do setor – muito pelo contrário, ela deveria estar sinalizando uma forte expansão, inclusive mais acelerada que o PIB.

Este movimento é curioso, pois é justamente o inverso do movimento do ICMS do setor, também evidenciado no Gráfico 1: a evolução da arrecadação do ICMS de petróleo, combustíveis e lubrificantes está andando na “contramão” da RAD do setor de petróleo. O primeiro semestre do ano de 2003 foi o melhor em termos de arrecadação federal no setor petrolífero: 1,68% do PIB. Neste mesmo período, a arrecadação de ICMS do setor foi de 1,48% do PIB. Agora, no primeiro semestre de 2009, a

arrecadação federal caiu para 0,97% do PIB,<sup>14</sup> enquanto a de ICMS subiu para 1,73% do PIB, de acordo com dados oficiais do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Além disso, com exceção do primeiro semestre de 2009, a arrecadação de ICMS de petróleo apresentou uma relativa estabilidade a partir de 2000, variando, quase sempre, entre 1,2% e 1,4% do PIB, o que não ocorreu com a RAD do mesmo setor. A volatilidade da RAD de petróleo se mostrou maior, com grandes crescimentos e decrescimentos em curtos espaços de tempo.

Outro fator explicativo para a deterioração da Receita Federal com o setor petrolífero, principalmente em uma perspectiva de médio prazo, foi a alteração na forma de cobrança do PIS e da Cofins a partir de 2004. Estas contribuições passaram a incidir sobre o setor com tarifas específicas (*ad rem*) sobre o produto. Ou seja, é cobrado um valor fixo por determinada quantidade de produção do setor.<sup>15</sup>

Isso é evidenciado pelo fato de que a queda da carga da receita administrada federal do setor está explicada basicamente pelo decréscimo dos tributos indiretos – ou seja, o agregado de Cofins/PIS/Cide, como ilustra o Gráfico 2, elaborado pelos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair do Ipea.

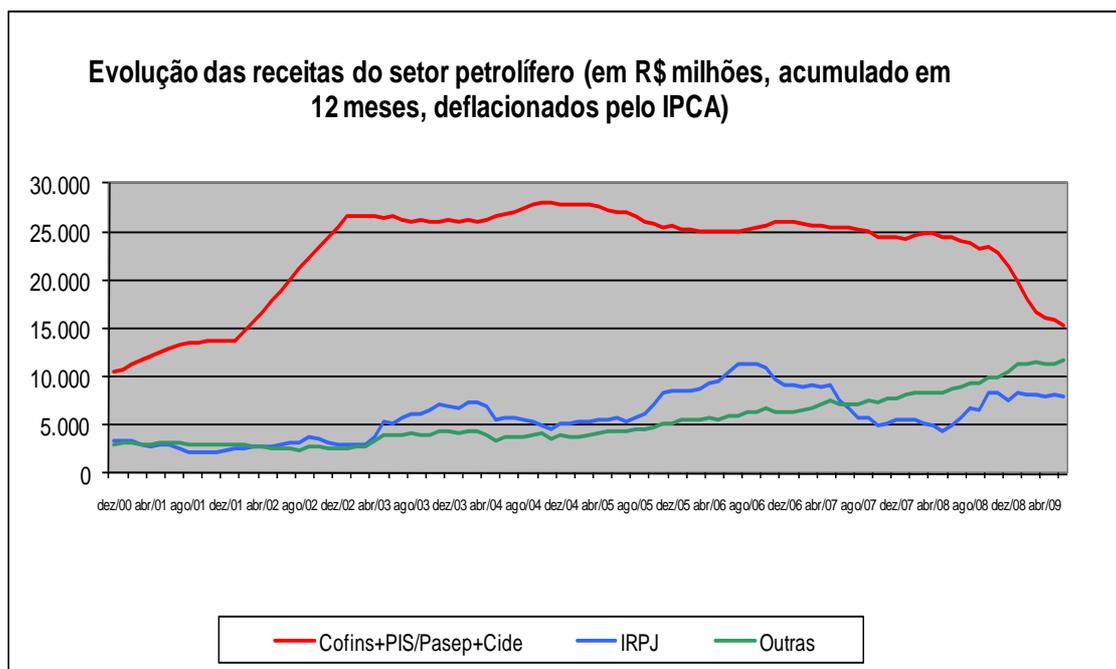
## Gráfico 2

---

<sup>14</sup> À parte, é curioso registrar que, mesmo depois da maior empresa do setor ter anunciado a conclusão de suas compensações tributárias, e a arrecadação das contribuições ter voltado a alguma normalidade, a Análise da Receita Federal de junho de 2009 voltou a acusar um forte recuo, de 35%, na arrecadação de Cofins/PIS de combustíveis em relação à igual mês de 2008 (ver Tabela 8 do documento já citado).

<sup>15</sup> O Ipea também destacou o fato na nota técnica já citada, a saber:

No caso do setor petroquímico, que também se beneficiou da valorização do preço do petróleo, entretanto, os dados indicam uma estagnação da receita antes da crise, influenciada principalmente pelas receitas do PIS/Cofins e da Cide, que representam dois terços do total e permaneceram constantes desde 2004. Este fato está fortemente relacionado à forma como esses tributos são calculados no caso dos combustíveis, com uma alíquota específica sobre o volume. No caso do PIS/Cofins, por exemplo, o imposto correspondente a R\$ 0,26 por litro de gasolina e R\$ 0,15 por litro de diesel desde 2004, enquanto a Cide inclusive teve sua alíquota reduzida no ano passado como instrumento de combate à inflação. Ou seja, o valor do imposto tem sido mantido fixo (ou menor) em termos nominais e reduzindo-se em termos reais. (pág.15).



Portanto, foram dois movimentos em sentidos opostos – entre a Receita Federal e o ICMS estadual. A discrepância entre as duas receitas joga foco na forma básica de tributação federal das vendas do setor: enquanto o ICMS incide sobre o preço final de combustível (ainda que este seja arbitrado por conta da adoção do regime de substituição tributária), a Cide adota um valor prefixado por unidade vendida (chamada “alíquota *ad rem*”) e tal prática foi estendida para Cofins e PIS a partir de 2004.<sup>16</sup> Como esclarecido pelos citados economistas do Ipea:

embora o volume de venda de combustível tenha crescido, ele não cresceu mais do que a inflação, o que resulta em um valor agregado constante ou levemente declinante; já o ICMS cresce porque, mesmo com preços relativamente controlados, a alíquota é sobre um preço presumido, que é definido pelos fiscos estaduais.

É interessante mencionar a variação de preços dos combustíveis desde que o imposto foi fixado e nunca mais alterado e tomando o preço ao produtor e sem Cide: em

<sup>16</sup> É importante qualificar que a questão não está na mudança feita por lei, que adotou um novo regime de tributação de combustíveis, provavelmente para combater sonegação e fraudes no setor, mas sim no congelamento do imposto definido fruto de ação interna do Executivo, que não corrigiu o valor fixo cobrado desde abril de 2004.

Assim, a Lei nº 10.865, de 30/4/2004, art. 23, previu um novo e facultativo regime especial para combustíveis, quando mudou a Cofins para abranger um regime não-cumulativo e tributar as importações. O Decreto nº 5.059, de 30/4/2004, mudou coeficientes e fixou os valores a serem cobrados por unidade física de venda de derivados de petróleo, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 23 da lei anteriormente citada. Depois, Ato Interno da Receita nº 423, de 17/5/2004, detalhou a referida forma de incidência sobre o setor.

reais por litro, a gasolina saltou de 0,6909 em abril de 2004 para 1,0986 em julho de 2009, um incremento de 59%, e o diesel, foi de 0,7487 para 1,3219 no mesmo período, com aumento de 77%. Se o valor exigido de Cofins e PIS por unidade produzida tivesse aumentado na mesma porcentagem que cresceu o preço ao produtor dos a arrecadação mensal do setor de combustíveis para Cofins/PIS, na casa de R\$ 1,1 bilhão/mês, poderia subir em R\$ 0,7 bilhão/mês e render quase R\$ 8,4 bilhões/ano. Isto é o que deixa de ser aplicado na seguridade social e no amparo ao trabalhador aos quais são vinculadas as receitas das duas contribuições citadas.

O congelamento das alíquotas *ad rem* da Cofins/PIS tem vários efeitos. Explica as recentes e radicalmente opostas tendências da carga tributária, crescente para o ICMS estadual, e estagnada e decrescente para a receita administrada federal. E também afeta a alocação de recursos federais com prejuízos para a seguridade social, via Cofins, e para o FAT/BNDES, via PIS. Mais curioso ainda é que o próprio setor de petróleo está tomando pesados financiamentos justamente no BNDES, a quem, indiretamente, contribuiu cada vez menos nos últimos anos, por conta da alíquota congelada do PIS. Ora, como a maior parte dos recursos do BNDES é oriunda da arrecadação do PIS e este setor tem reduzido sua arrecadação nesta contribuição, certamente são os demais setores que, indiretamente, estão financiando as atividades relacionadas ao petróleo. Este ponto é pouco discutido e divulgado no País.

## **5 Avaliação do Desempenho Recente**

Desconsiderando momentaneamente as contribuições previdenciárias e só computando o somatório das arrecadações setoriais (ressaltando que este fica abaixo do informado nos boletins mensais da Receita Federal), é observado que a carga tributária federal, de 14,54% do PIB no primeiro semestre de 2009, foi a pior primeira metade do ano desde a posse do Presidente Lula. A diferença entre o desempenho do PIB e a arrecadação tributária neste primeiro semestre de 2009, por si só, descarta a recessão como explicação básica para tal. Por mais que, na crise, a arrecadação caia mais rápido que a atividade econômica, e o inverso ocorra na expansão, a elasticidade sozinha não explica tal diferença. Os determinantes são formados por um conjunto de fatores, e alguns deles podem ter caráter estrutural.

A ideia de que tal diferença seja explicada por problemas na administração tributária não deve prosperar. Por mais que mudanças administrativas pudessem prejudicar o desempenho da arrecadação, o seu efeito é atenuado pela extensão da máquina da Receita Federal, que recentemente incorporou também a cobrança da contribuição previdenciária antes feita pelo INSS e, especialmente, pelo grau de sofisticação tecnológica que a Receita alcançou nos últimos anos e no qual não houve retrocesso nos últimos meses.

As desonerações tributárias, no entanto, não podem sozinhas levar a culpa pelo diferencial entre economia e receita.

Primeiro, sempre foi dito que há uma tendência a superestimar as perdas de receita com incentivos fiscais, até como tentativa de atenuar sua criação. Só que agora fica ainda mais tentador superestimar a desoneração, seja porque os fiscais poderiam colocar nela a culpa pela perda da receita, seja porque os políticos podem fazer discursos que já deram dezenas ou centenas de bilhões de benesses para a economia.

Segundo, tais incentivos foram pontuais, localizados, e concentrados no IPI, um imposto que arrecadava muito pouco antes da crise, a ponto de sua carga tributária atual ser inferior a registrada em meados dos anos 1960, logo depois que foi criado. Não é intuito desta análise técnica menosprezar as perdas para os Fundos de Participação, para o qual o IPI pesava muito, porém, não parece razoável concluir que tais medidas expliquem uma perda de R\$ 25 bilhões em um só semestre. Especificamente no caso da indústria automobilística, a desoneração no primeiro semestre, calculada em R\$ 1,8 bilhão, conforme reportado pelo Ipea, equivale a apenas um terço dos R\$ 5,3 bilhões da redução da receita administrada pelos quatro ramos da indústria automobilística, no que diz respeito ao mesmo período do ano anterior (o mesmo montante de incentivo equivale a apenas 7% da perda total de R\$ 25,3 bilhões da receita setorial agregada).

Uma hipótese forte é que o atraso no recolhimento de impostos pelas empresas tenha se tornado uma resposta às dificuldades financeiras. Na Comissão de Crise, ao discutir a fundo a estrutura e o comportamento do crédito no País, foram relatados muitos indícios nesse sentido. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostrou uma pesquisa em que, diante de tais dificuldades, a primeira conta a atrasar seria a de impostos para mais da metade das indústrias entrevistadas, o dobro das respostas em relação ao segundo lugar, de retardar o pagamento aos bancos.<sup>17</sup> O volume

---

<sup>17</sup> Pesquisa realizada pela Fiesp junto aos maiores industriais do País e cujas conclusões foram apresentadas em Audiência Pública no Senado, por seu diretor Paulo Francini, em 5/5/2009, mostrou que

de crédito para pessoas jurídicas no país não se recuperou no período recente como o das pessoas físicas. Entretanto, a equipe do Ipea procurou verificar essa hipótese, mas não encontrou evidências no cumprimento das obrigações tributárias federais.

Os condicionantes aqui listados parecem importantes e, provavelmente, a tendência observada nos primeiros meses deste ano, da arrecadação tributária decrescer em ritmo mais acentuado que a economia, não deverá ser atenuada e muito menos revertida na medida em que se avance ao longo de 2009. Analistas já traçam projeções de uma contenção importante no nível da carga tributária global nesse ano. A título de exemplo, vale mencionar que recente estudo do Banco Santander correlaciona a receita tributária nacional com a diminuição do produto industrial e projeta quedas daquela carga entre 1,4 e 2,1 pontos percentuais do PIB, dependendo do cenário.

A política fiscal brasileira, e mesmo a econômica, sempre foi pautada por uma carga tributária alta e crescente. Aparentemente, o governo tomou como base para a manutenção da elevação dos gastos correntes, especialmente os gastos de pessoal, o desempenho tributário de 2008 – a maior carga tributária da história do país. Porém, o que não foi observado pelo governo foi o fato de que este desempenho de 2008 não condiz com a tendência de crescimento da carga tributária brasileira – conclusão semelhante a da já citada Nota Técnica do Ipea.<sup>18</sup>

Uma sustentação dessa tese aparece no Gráfico 3, extraído na íntegra da análise da arrecadação de julho/2009, excluía contribuição previdência e também a CPMF,<sup>19</sup> mostrando a evolução da variação real da arrecadação de um mês contra igual mês do ano, entre julho de 2006 e de 2009.

A Receita optou por destacar em separado os tributos sobre a renda (IRPJ, CSLL e IRPF sobre Ganhos de Capitais); apontar fatos marcantes que *puxaram* a arrecadação em cada ocasião; e assim se constata que este bloco da receita foi muito mais volátil e decisivo, tanto parar os ganhos até setembro de 2008, quanto para sua queda contínua a partir de outubro daquele ano (só interrompida pela entrega da declaração de ajuste em março). Já a curva de crescimento dos demais tributos e a do agregado receitas são mais próximas e bem menos voláteis – embora, também, passem a apresentar decréscimos

---

quando indagadas: junto a quem considera deixar de pagar compromissos? 52% responderam impostos, com uma enorme distância para 21% de bancos, 14% de fornecedores e 0% de empregados. Até pela enorme distância entre as opções, fica claro que a inadimplência pode constituir uma forma de acesso a crédito, mais rápido e sem depender de terceiros – fora a questão do custo comparado entre multas e juros de mora e as taxas bancárias.

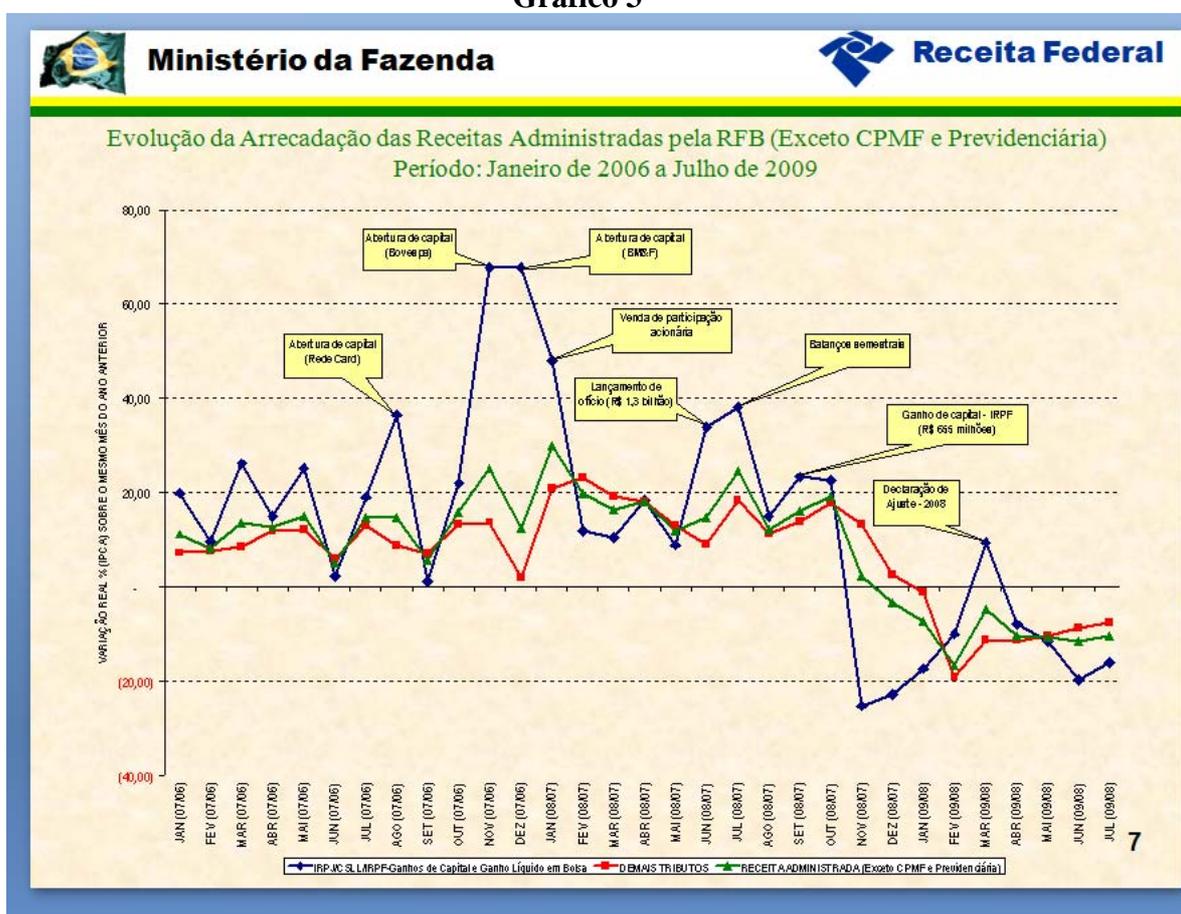
<sup>18</sup> Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826\\_NotaTecTribut.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090826_NotaTecTribut.pdf)>.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2009/ApresentacaoJul09.ppt>>.

reais, mas só a partir deste ano. Aliás, nos últimos meses, é interessante que a curva da variação dos demais tributos esteja “por cima” da vinculada ao IR/CSLL, reforçando que os tributos mais próximos à produção não estariam caindo tanto quanto àqueles mais sensíveis aos ganhos financeiros.

Ainda que divulgada mensalmente pela RFB, essa figura não tem despertado atenção dos analistas e bem ilustra como a dita exuberância anterior à crise financeira global muito contribuiu para a arrecadação federal mais do que compensar e superar a extinção da CPMF.

Gráfico 3

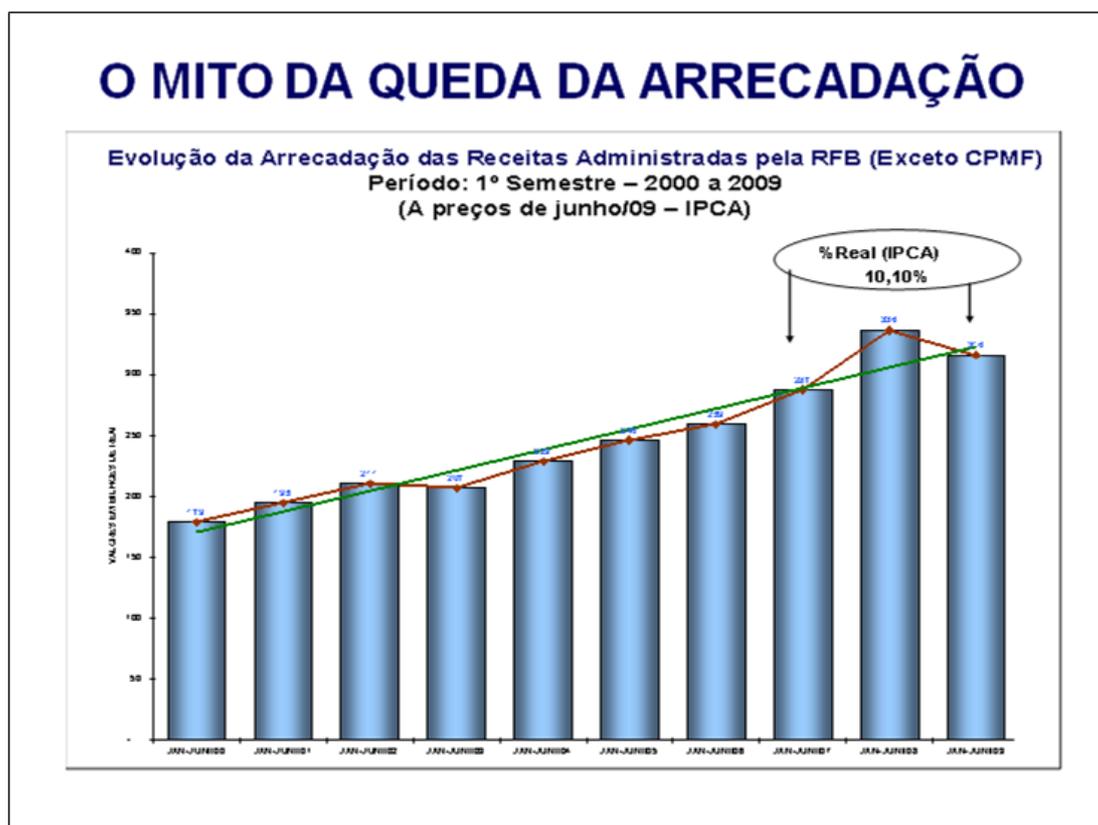


Fonte: SRF.

O Gráfico 4, foi retirado da nota mensal, mostrando a evolução da arrecadação a preços constantes exatamente para o mesmo período abordado nesta análise técnica, ou seja, o primeiro semestre de cada ano desta década, mas foi apresentado pela ex-Secretária da Receita, Dra. Lina Vieira, em audiência pública no Senado Federal, em 18/7/2009 e aqui é reproduzido na íntegra. Passou despercebida a sua defesa de que há

um mito em torno da queda da arrecadação federal porque, excluída a CPMF da série, o total da receita administrada teria crescido 10,1% entre a primeira metade de 2008 e de 2009.

Gráfico 4



Fonte: SRF.

O Gráfico 4 mostra a arrecadação apenas do primeiro semestre de cada ano, de 2000 a 2009. Nota-se que os anos compreendidos entre 2000 e 2002, além do ano de 2008, são os períodos em que a arrecadação (linha vermelha) fica acima da tendência da arrecadação (linha verde). Porém, não é estar acima ou abaixo da linha de tendência que revela um *outlier*. É necessário olhar a discrepância da arrecadação para a linha de tendência. Neste caso, apenas o ano de 2008 apresenta uma arrecadação muito distante (acima, no caso) da linha de tendência.

É importante ressaltar que o referido gráfico, extraído da íntegra da apresentação da ex-Secretaria da Receita, inclui as contribuições previdenciárias – ao contrário do restante das estatísticas objeto desta nota técnica e mesmo de outros gráficos da própria RFB, como o Gráfico 3, no qual é reportada a exclusão delas e da CPMF. Como as contribuições para a Previdência Social vêm crescendo mesmo depois

da crise, isso explicaria a diferença, de um lado, entre o crescimento da arrecadação apontado em tal gráfico e, de outro, para a queda da carga da receita administrada, abordada na primeira tabela desta nota técnica (excluída da CPMF, a carga do primeiro semestre de 2009 é a segunda maior da década, perdendo apenas para a de 2008 e, mesmo depois da crise, a carga de 2009 supera inclusive a de 2007).

Uma tese defendida por técnicos da Fazenda é que, se excluída a CPMF da série, a tendência histórica da arrecadação continua sendo de crescimento. A estratégia de comunicação que levou a preferir “esconder” a *bolha* de arrecadação de 2008, especialmente do seu primeiro semestre e movido pelos grandes ganhos no setor financeiro, antecedeu e não contava (obviamente) com o estouro de uma crise financeira global e, em seguida, da *bolha* da receita. Ficaram os administradores tributários com um mico nas mãos – as sucessivas quedas mensais de arrecadação.

O Ipea também concluiu que a gestão da receita não poderia ser responsabilizada pela queda da arrecadação tributária federal, que é basicamente explicada pela desaceleração da economia, de um lado, e das atípicas desonerações e compensações, de outro.<sup>20</sup> Em sentido inverso, Everardo Maciel apontou retrocessos na administração fazendárias em entrevista recente.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> O Ipea, na já citada Nota Técnica, concluiu o seguinte:

Tanto a análise descritiva quanto a econométrica corroboram a hipótese de que a queda verificada na arrecadação federal é explicada fundamentalmente pelas variáveis econômicas, uma vez excluídos das comparações os fatores atípicos que influenciaram a queda na arrecadação de 2009, notadamente as desonerações e compensações tributárias. Embora esse componente atípico responda por mais da metade da queda da arrecadação, é plausível presumir que ele contribuiu para que a queda do nível de atividade econômica e das próprias receitas não tenha sido maior...(pág.16).

<sup>21</sup> A entrevista de Everardo Maciel para o Portal Exame, em 3/9/2009, teve o título: “A máquina da Receita foi desmontada”. Sobre possíveis mudanças na fiscalização, ele menciona:

O exemplo mais visível é o enorme atraso na entrega pela Receita do programa da declaração do lucro real de empresas -- aquilo que veio a ser chamado de declaração dos grandes contribuintes. No meu tempo e na gestão do Rachid, fizemos um esforço para manter os prazos em dia. Mas, neste ano, as declarações que deveriam ter sido entregues até 30 de junho tiveram o prazo adiado para 16 de outubro, porque o programa só ficou disponível para as empresas recentemente. Além disso, no primeiro semestre a fiscalização dos grandes contribuintes teve resultado inferior ao do mesmo período do ano passado, quando houve dois meses de greve na Receita. Isso aconteceu por falta de disciplina administrativa...  
... A fiscalização foi desmontada. A coordenação de fiscalização, a Cofis, ficou às moscas. Toda a programação de trabalho destinada a estabelecer metas e organizar a fiscalização foi suspensa.  
... tenho dúvidas sobre o quanto a arrecadação vai subir. A desestruturação de instituições é rápida de fazer, mas sua recuperação é demorada...

Ver texto reproduzido em: [http://www.sindireceita.org.br/?ID\\_MATERIA=15202](http://www.sindireceita.org.br/?ID_MATERIA=15202)

De qualquer forma, a polêmica em torno da gestão da Receita não parece desmentir a tese levantada de “quebra” estrutural do padrão de tributação federal.

## 6 Observações Finais

Na formulação da proposta orçamentária da União para 2010, parece que se optou pela via mais fácil e menos prudente: estimar a receita muito distante da realidade e da média da opinião dos analistas. O problema maior nem estaria nas contas para 2010, mas sim na reprogramação da arrecadação de 2009. O economista Fernando Montero, da Convenção Corretora, chamou a atenção para o desempenho esperado no segundo semestre diante do efetivamente realizado no primeiro semestre: a receita bruta do Tesouro Nacional (que contempla todos os tributos e outras fontes), que decresceu 1,5% nos sete primeiros meses de 2009 frente a 2008, precisará crescer 10,6% nos cinco meses que faltam neste ano, para que seja atingida a receita anual reprogramada.

Por uma ou outra forma ou método de análise, se evidências corroboram a tese de que a queda na receita foi estrutural ou era inevitável, mais importante que julgar a eficácia da administração tributária, é deixar claro que a questão chave da política fiscal precisa passar para o campo do gasto e mesmo da dívida. O comportamento recente dos resultados fiscais e da própria dívida pública indica que essa nova orientação estratégica tem sido ignorada pelos pares de ministério e da área econômica, haja vista a expansão cada vez mais acelerada de despesas, movidas por decisões que igualmente foram tomadas antes da crise econômica e desqualificam a ideia de que se trata de uma política fiscal anticíclica – porque o investimento responde pela menor parte do aumento de gasto (ao contrário das recomendações *keynesianas*) e, mesmo no caso dos incentivos fiscais, aí sim concedidos depois da crise (recomendação tipicamente *liberal*), seus efeitos fiscais não parecem tão expressivos.<sup>22</sup>

Basear a política fiscal em um resultado completamente fora da realidade das finanças públicas do país pode gerar problemas no futuro próximo, como o não cumprimento das metas fiscais, a elevação da relação dívida líquida/PIB, e a

---

<sup>22</sup> Everardo Maciel, na entrevista citada anteriormente, também releva o peso das desonerações e chama a atenção para a faceta federativa:

. Quanto às desonerações fiscais, elas são pontuais e pequenas. Estamos falando de desoneração de IPI, de cuja arrecadação 57% ficam com estados e municípios. Logo, o resultado fiscal tem pouca expressão para a União. Na verdade, a desoneração afetou mais os estados e os municípios do que a União.

desconfiança do mercado sobre a sustentabilidade da política fiscal brasileira. Na verdade, tudo isso já vem ocorrendo nos últimos meses: forte deterioração fiscal, de acordo com os indicadores oficiais (Bacen) das necessidades de financiamento (resultados primário e nominal) e da dívida pública (no conceito líquido e, especialmente, no bruto).

É premente repensar a política fiscal e mudar as práticas, especialmente no âmbito do gasto do governo federal, porque o fundamento da receita tributária alta e crescente, decisivo para as contas públicas na era pós-Real, pode ter sido abalado em caráter estrutural – e não apenas pela conjuntura adversa. Se essa hipótese não se confirmar, tanto melhor. Porém, até se passar o tempo e confirmar se traçada nova tendência, caberia, ao menos, mais prudência fiscal.

### **Referências Bibliográficas**

AGÊNCIA ESTADO. *Pensa-se muito na Petrobrás como a Geni, diz Gabrielli*. O Estado de São Paulo. Brasília, 11 de maio de 2009.

EXAME. A máquina da receita foi desmontada. *Revista Exame*. São Paulo, Março/2009.

IPEA. Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis. Ipea, Diretoria de Estudos Macroeconômicos. *Nota Técnica*. Rio de Janeiro, Setembro/2009.

\_\_\_\_\_. O que explica a queda recente da receita tributária federal? Ipea, Diretoria de Estudos Macroeconômicos. *Nota Técnica*. Rio de Janeiro, Agosto/2009.

MACIEL, E. Controvérsias sobre compensações tributárias. *Blog do Noblat, O Globo*. Brasília, 17 de setembro de 2009.

PETROBRÁS. Petrobrás adota práticas tributárias legais. *Petrobras, Relacionamento com Investidores*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2009.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. *Análise da Arrecadação das Receitas Federais*. Brasília, julho/2009. p. 40.

\_\_\_\_\_. *Análise da Arrecadação das Receitas Federais*. Brasília, dezembro/2008. p. 44.

## ANEXO ESTATÍSTICO

<b>Tabela A.1 - Evolução Semestral do Total da RAD - 2000/2009</b>			
<b>Ano/Semestre</b>	<b>R\$ milhões correntes</b>	<b>R\$ milhões constantes<sup>1</sup></b>	<b>% do PIB</b>
2000/01	75.602	138.228	13,50%
2000/02	83.007	146.382	13,40%
2001/01	86.504	148.363	13,70%
2001/02	93.664	154.279	13,96%
2002/01	103.548	164.875	14,63%
2002/02	118.393	178.714	15,38%
2003/01	119.247	163.344	14,71%
2003/02	126.479	168.508	14,22%
2004/01	138.227	178.419	14,80%
2004/02	150.899	187.774	14,97%
2005/01	160.672	192.707	15,57%
2005/02	173.384	203.259	15,54%
2006/01	173.524	198.397	15,39%
2006/02	188.273	213.275	15,16%
2007/01	197.420	218.848	15,72%
2007/02	217.334	236.413	16,19%
2008/01	222.441	234.630	15,94%
2008/02	234.352	239.937	15,68%
2009/01	209.542	209.542	14,54%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil, Bacen e IBGE.

Nota: Exclui receita previdenciária, IRPF, SIMPLES e retificações.

<sup>1</sup>A preços constantes médio do 1º Semestre de 2009 deflacionado pelo IPCA.

Tabela A.2 - Variação da Arrecadação da RAD (Exceto Previdência) - 20 maiores perdas - 2009 x 2008								
Setor	1 Semestre			Variação		Det. Var.	Composição	
	j 2009	j 2008'	j Variação	jun09x08	1sem09x08	1sem09x08	jun/09	1sem09
Fabricação de produtos derivados do petróleo	14.125.783.960	18.781.044.336	-4.655.260.377	-9,2%	-24,8%	18,4%	9,0%	6,7%
Intermediação monetária - depósitos à vista	31.708.028.825	35.829.172.738	-4.121.143.913	-18,7%	-11,5%	16,3%	18,0%	15,0%
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.848.742.510	8.500.769.673	-3.652.027.164	-17,4%	-43,0%	14,4%	3,1%	2,3%
Siderurgia	3.759.085.482	5.318.562.092	-1.559.476.610	25,8%	-29,3%	6,2%	3,1%	1,8%
Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	3.544.858.833	4.924.162.444	-1.379.303.612	-8,1%	-28,0%	5,4%	1,2%	1,7%
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3.045.374.947	4.160.352.519	-1.114.977.572	-24,8%	-26,8%	4,4%	1,5%	1,4%
Extração de minério de ferro	935.197.981	1.963.982.706	-1.028.784.725	-9,1%	-52,4%	4,1%	0,3%	0,4%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros	4.450.576.052	5.412.552.588	-961.976.536	1,1%	-17,8%	3,8%	5,0%	2,1%
Atividades de sociedades de participação	3.241.176.374	3.992.279.194	-751.102.820	-50,9%	-18,8%	3,0%	0,9%	1,5%
Atividades de consultoria em gestão empresarial	1.515.050.883	2.245.252.382	-730.201.499	-28,7%	-32,5%	2,9%	0,5%	0,7%
Comércio de veículos automotores	1.959.538.840	2.532.795.895	-573.257.055	-17,3%	-22,6%	2,3%	0,9%	0,9%
Fabricação de caminhões e ônibus	750.306.880	1.280.553.088	-530.246.208	-56,1%	-41,4%	2,1%	0,3%	0,4%
Fabricação de equipamentos de comunicação	780.615.134	1.294.547.900	-513.932.766	-59,8%	-39,7%	2,0%	0,3%	0,4%
Fabricação de produtos químicos orgânicos	913.343.181	1.410.947.711	-497.604.531	-13,5%	-35,3%	2,0%	0,5%	0,4%
Comércio atacadista especializado em outros produtos	3.749.343.702	4.179.019.293	-429.675.592	-28,3%	-10,3%	1,7%	1,5%	1,8%
Metalurgia dos metais não-ferrosos	485.315.447	890.104.882	-404.789.435	-38,7%	-45,5%	1,6%	0,2%	0,2%
Fabricação equip. de transp. não especificados anteriormente	603.448.146	966.162.705	-362.714.560	-51,6%	-37,5%	1,4%	0,2%	0,3%
Telecomunicações por fio	2.638.398.841	2.952.745.324	-314.346.484	-9,2%	-10,6%	1,2%	1,2%	1,2%
Fabricação de resinas e elastômeros	565.578.688	870.488.487	-304.909.798	-33,8%	-35,0%	1,2%	0,3%	0,3%
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	9.103.939.379	9.392.104.882	-288.165.503	-7,2%	-3,1%	1,1%	3,8%	4,3%
<b>TOTAL</b>	<b>211.746.517.067</b>	<b>237.094.649.975</b>	<b>-25.348.132.907</b>	<b>-11,5%</b>	<b>-10,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil, Bacen e IBGE.								
*A preços constantes médio do 1º Semestre de 2009 deflacionado pelo IPCA.								

Tabela A.3 - Variação da Arrecadação da RAD (Exceto Previdência) - 15 maiores ganhos - 2009 x 2008								
Setor	1 Semestre			Variação		Det Var	Composição	
	j 2009	j 2008'	j Variação	jun09x08	1sem09x08	1sem09x08	jun/09	1sem09
Administração do estado e da política econômica e social	6.551.228.988	5.893.937.448	657.291.540	16,3%	11,2%	-2,6%	3,0%	3,1%
Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	3.110.160.234	2.659.407.219	450.753.015	3,1%	16,9%	-1,8%	1,2%	1,5%
Seguros de vida e não-vida	2.375.292.583	1.976.971.528	398.321.055	1,5%	20,1%	-1,6%	0,9%	1,1%
Previdência complementar	2.920.446.902	2.580.830.327	339.616.574	-6,7%	13,2%	-1,3%	1,2%	1,4%
Construção rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras-de-arte	1.197.820.294	890.457.269	307.363.025	18,0%	34,5%	-1,2%	0,4%	0,6%
Fabricação de bebidas não-alcoólicas	624.369.070	332.524.527	291.844.542	73,2%	87,8%	-1,2%	0,2%	0,3%
Produção de ferro-gusa e de ferroligas	1.067.201.649	790.803.413	276.398.236	-49,7%	35,0%	-1,1%	0,1%	0,5%
Captação, tratamento e distribuição de água	1.918.897.188	1.644.525.119	274.372.069	17,7%	16,7%	-1,1%	0,9%	0,9%
Arrendamento mercantil	761.596.554	530.681.927	230.914.628	-10,6%	43,5%	-0,9%	0,2%	0,4%
Transporte dutoviário	374.255.116	177.224.684	197.030.432	502,5%	111,2%	-0,8%	0,3%	0,2%
Serviços arquit., engenharia, ativ. técnicas relacionadas	1.288.477.340	1.117.448.627	171.028.713	-7,9%	15,3%	-0,7%	0,4%	0,6%
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza etc.	1.169.433.933	1.010.235.013	159.198.920	-11,8%	15,8%	-0,6%	0,5%	0,6%
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	388.742.062	230.817.808	157.924.254	52,2%	68,4%	-0,6%	0,2%	0,2%
Serviços coletivos prestados pela administração pública	2.376.033.265	2.220.879.439	155.153.826	6,3%	7,0%	-0,6%	1,1%	1,1%
Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.346.138.765	1.193.582.927	152.555.838	23,4%	12,8%	-0,6%	0,5%	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>211.746.517.067</b>	<b>237.094.649.975</b>	<b>-25.348.132.907</b>	<b>-11,5%</b>	<b>-10,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil, Bacen e IBGE.								
*A preços constantes médio do 1º Semestre de 2009 deflacionado pelo IPCA.								

CNAE	Setor	1 Semestre			Variação		Det Var	Composição	
		j 2009	j 2008*	j Variação	jun09x08	1sem09x08	1sem09x08	jun/09	1sem09
<b>TOTAL</b>		<b>211.746.517.067</b>	<b>237.094.649.975</b>	<b>-25.348.132.907</b>	<b>-11,5%</b>	<b>-10,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
192	Fabricação de produtos derivados do petróleo	14.125.783.960	18.781.044.336	-4.655.260.377	-9,2%	-24,8%	18,4%	9,0%	6,7%
642	Intermediação monetária - depósitos à vista	31.708.028.825	35.829.172.738	-4.121.143.913	-18,7%	-11,5%	16,3%	18,0%	15,0%
291	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	4.848.742.510	8.500.769.673	-3.652.027.164	-17,4%	-43,0%	14,4%	3,1%	2,3%
242	Siderurgia	3.759.085.482	5.318.562.092	-1.559.476.610	25,8%	-29,3%	6,2%	3,1%	1,8%
643	Intermediação não-monetária, outros instrumentos de captação	3.544.858.833	4.924.162.444	-1.379.303.612	-8,1%	-28,0%	5,4%	1,2%	1,7%
294	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	3.045.374.947	4.160.352.519	-1.114.977.572	-24,8%	-26,8%	4,4%	1,5%	1,4%
071	Extração de minério de ferro	935.197.981	1.963.982.706	-1.028.784.725	-9,1%	-52,4%	4,1%	0,3%	0,4%
661	Atividades auxiliares dos serviços financeiros	4.450.576.052	5.412.552.588	-961.976.536	1,1%	-17,8%	3,8%	5,0%	2,1%
646	Atividades de sociedades de participação	3.241.176.374	3.992.279.194	-751.102.820	-50,9%	-18,8%	3,0%	0,9%	1,5%
702	Atividades de consultoria em gestão empresarial	1.515.050.883	2.245.252.382	-730.201.499	-28,7%	-32,5%	2,9%	0,5%	0,7%
451	Comércio de veículos automotores	1.959.538.840	2.532.795.895	-573.257.055	-17,3%	-22,6%	2,3%	0,9%	0,9%
292	Fabricação de caminhões e ônibus	750.306.880	1.280.553.088	-530.246.208	-56,1%	-41,4%	2,1%	0,3%	0,4%
263	Fabricação de equipamentos de comunicação	780.615.134	1.294.547.900	-513.932.766	-59,8%	-39,7%	2,0%	0,3%	0,4%
202	Fabricação de produtos químicos orgânicos	913.343.181	1.410.947.711	-497.604.531	-13,5%	-35,3%	2,0%	0,5%	0,4%
468	Comércio atacadista especializado em outros produtos	3.749.343.702	4.179.019.293	-429.675.592	-28,3%	-10,3%	1,7%	1,5%	1,8%
244	Metalurgia dos metais não-ferrosos	485.315.447	890.104.882	-404.789.435	-38,7%	-45,5%	1,6%	0,2%	0,2%
309	Fabricação equip. de transp. não especificados anteriormente	603.448.146	966.162.705	-362.714.560	-51,6%	-37,5%	1,4%	0,2%	0,3%
611	Telecomunicações por fio	2.638.398.841	2.952.745.324	-314.346.484	-9,2%	-10,6%	1,2%	1,2%	1,2%
203	Fabricação de resinas e elastômeros	565.578.688	870.488.487	-304.909.798	-33,8%	-35,0%	1,2%	0,3%	0,3%
351	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	9.103.939.379	9.392.104.882	-288.165.503	-7,2%	-3,1%	1,1%	3,8%	4,3%
478	Comércio varejista produtos novos não especificados e usados	1.726.370.183	1.995.073.925	-268.703.742	-2,1%	-13,5%	1,1%	0,8%	0,8%
221	Fabricação de produtos de borracha	690.323.587	932.092.655	-241.769.068	-16,3%	-25,9%	1,0%	0,4%	0,3%
842	Serviços coletivos prestados pela administração pública	2.376.033.265	2.220.879.439	155.153.826	6,3%	7,0%	-0,6%	1,1%	1,1%
654	Previdência complementar	2.920.446.902	2.580.830.327	339.616.574	-6,7%	13,2%	-1,3%	1,2%	1,4%
651	Seguros de vida e não-vida	2.375.292.583	1.976.971.528	398.321.055	1,5%	20,1%	-1,6%	0,9%	1,1%
464	Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	3.110.160.234	2.659.407.219	450.753.015	3,1%	16,9%	-1,8%	1,2%	1,5%
841	Administração do estado e da política econômica e social	6.551.228.988	5.893.937.448	657.291.540	16,3%	11,2%	-2,6%	3,0%	3,1%

Elaboração própria. Fonte primária: tabulações especiais Secretaria Receita Federal do Brasil, Bacen e IBGE.

\*A preços constantes médio do 1º Semestre de 2009 deflacionado pelo IPCA.

Tabela A.5 - PIB Nominal Mensal em R\$ Milhões - 2000/2009									
Mês/Semestre	R\$ Milhões	Mês/Semestre	R\$ Milhões	Mês/Semestre	R\$ Milhões	Mês/Semestre	R\$ Milhões	Mês/Semestre	R\$ Milhões
jan/00	91.181,00	jan/02	111.969,60	jan/04	149.790,00	jan/06	183.012,40	jan/08	227.347,60
fev/00	89.053,90	fev/02	110.076,00	fev/04	143.229,50	fev/06	177.123,40	fev/08	216.972,20
mar/00	88.516,50	mar/02	115.904,00	mar/04	154.366,00	mar/06	186.671,00	mar/08	221.323,30
abr/00	89.756,20	abr/02	120.440,70	abr/04	155.158,10	abr/06	182.962,10	abr/08	230.528,50
mai/00	98.200,60	mai/02	124.424,40	mai/04	164.192,90	mai/06	197.661,00	mai/08	244.893,00
jun/00	103.427,00	jun/02	125.115,60	jun/04	167.047,90	jun/06	200.414,30	jun/08	254.165,10
<b>1º Sem 00</b>	<b>560.135,20</b>	<b>1º Sem 02</b>	<b>707.930,30</b>	<b>1º Sem 04</b>	<b>933.784,40</b>	<b>1º Sem 06</b>	<b>1.127.844,20</b>	<b>1º Sem 08</b>	<b>1.395.229,70</b>
jul/00	101.693,90	jul/02	125.526,60	jul/04	161.421,20	jul/06	200.231,80	jul/08	253.828,70
ago/00	102.505,50	ago/02	125.336,60	ago/04	164.442,20	ago/06	205.476,80	ago/08	249.147,50
set/00	96.881,80	set/02	121.635,10	set/04	163.843,20	set/06	198.468,70	set/08	244.361,20
out/00	104.875,50	out/02	131.066,10	out/04	169.929,00	out/06	208.811,40	out/08	260.891,20
nov/00	106.932,90	nov/02	135.311,40	nov/04	173.831,90	nov/06	216.250,10	nov/08	253.125,20
dez/00	106.457,30	dez/02	131.015,70	dez/04	174.246,00	dez/06	212.714,00	dez/08	233.135,20
<b>2º Sem 00</b>	<b>619.346,90</b>	<b>2º Sem 02</b>	<b>769.891,50</b>	<b>2º Sem 04</b>	<b>1.007.713,50</b>	<b>2º Sem 06</b>	<b>1.241.952,80</b>	<b>2º Sem 08</b>	<b>1.494.489,00</b>
jan/01	101.811,40	jan/03	129.280,60	jan/05	168.601,50	jan/07	205.981,60	jan/09	236.425,80
fev/01	99.973,50	fev/03	127.884,70	fev/05	158.729,40	fev/07	194.935,40	fev/09	224.092,90
mar/01	105.529,50	mar/03	133.439,50	mar/05	169.198,00	mar/07	207.226,00	mar/09	224.090,60
abr/01	107.053,00	abr/03	137.277,20	abr/05	174.217,30	abr/07	206.259,60	abr/09	240.856,68
mai/01	111.339,10	mai/03	142.252,70	mai/05	178.942,60	mai/07	220.262,90	mai/09	254.128,65
jun/01	105.716,80	jun/03	140.480,60	jun/05	182.090,30	jun/07	220.911,20	jun/09	261.211,67
<b>1º Sem 01</b>	<b>631.423,30</b>	<b>1º Sem 03</b>	<b>810.615,30</b>	<b>1º Sem 05</b>	<b>1.031.779,10</b>	<b>1º Sem 07</b>	<b>1.255.576,70</b>	<b>1º Sem 09</b>	<b>1.440.806,30</b>
jul/01	109.051,10	jul/03	141.398,10	jul/05	177.391,30	jul/07	217.036,10	jul/09	
ago/01	110.377,00	ago/03	142.549,40	ago/05	183.164,20	ago/07	223.154,50	ago/09	
set/01	105.212,90	set/03	146.067,60	set/05	181.443,10	set/07	215.101,80	set/09	
out/01	114.184,90	out/03	152.796,80	out/05	188.003,90	out/07	229.257,20	out/09	
nov/01	117.561,90	nov/03	153.005,60	nov/05	193.072,60	nov/07	231.108,20	nov/09	
dez/01	114.324,90	dez/03	153.515,10	dez/05	192.384,70	dez/07	226.377,00	dez/09	
<b>2º Sem 01</b>	<b>670.712,70</b>	<b>2º Sem 03</b>	<b>889.332,60</b>	<b>2º Sem 05</b>	<b>1.115.459,80</b>	<b>2º Sem 07</b>	<b>1.342.034,80</b>	<b>2º Sem 09</b>	

Fonte: Bacen.

## Análise por setor econômico



- Quais setores mais contribuíram no passado para a expansão e para a atual queda de receita?

**Receitas administradas por setor econômico (em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA):**

CNAE - Seções/Divisões	Variação 2000→2005	Variação 2005→2008	Variação 2008→2009	% sub-total
Agricultura, pecuária, etc	150	131	(174)	0,7%
Indústrias de transformação e extrativa	29.742	15.581	(18.083)	71,3%
Petroquímica	13.512	719	(5.400)	21,3%
Extração de minerais metálicos e metalurgia	5.772	1.387	(2.843)	11,2%
Eletrônica	1.182	1.859	(1.401)	5,5%
Bens de capital e equipamentos de transporte	1.357	1.348	(869)	3,4%
Veículos automotores	2.607	6.196	(5.344)	21,1%
Outras	5.311	4.071	(2.226)	8,8%
Comércio	3.044	7.002	(1.373)	5,4%
Veículos automotores e motocicletas	253	1.281	(647)	2,6%
Comércio varejista e atacadista	2.791	5.720	(726)	2,9%
Eletricidade, gás, água e esgoto	4.728	1.852	(126)	0,5%
Construção	319	3.317	819	-3,2%
Informação e comunicação	1.841	1.187	(361)	1,4%
Atividades financeiras, seguros, etc	10.532	6.768	(6.046)	23,9%
Outras atividades	4.662	6.600	(3)	0,0%
<b>Sub-total</b>	<b>55.017</b>	<b>42.438</b>	<b>(25.348)</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>56.878</b>	<b>49.404</b>	<b>(26.466)</b>	

## Análise desagregada



- O que os modelos estatísticos dizem sobre a relação entre as receitas desagregadas e suas variáveis econômicas?

Modelo de previsão das receitas por base versus variáveis econômicas (1º semestre 2009):

Bases tributárias	Elasticidade	Previsto (A)	Realizado (B)	Erro observado (C=B-A)	Erro esperado (D)**	Erro efetivo (E=C-D)	E/A (%)
Lucro	1,11	39.991	40.987	996	(564)	1.559	3,9
Faturamento (e Valor Adicionado)	0,68	71.623	65.398	(6.224)	(6.142)	(83)	(0,1)
Produção Industrial	1,31	11.747	9.730	(2.017)	(2.854)	837	7,1
Importação	1,23	22.411	24.131	1.720	1.301	419	1,9
Renda Variável	0,17	5.611	5.325	(287)	-	(287)	(5,1)
Renda Fixa	0,46	9.000	8.515	(485)	-	(485)	(5,4)
Trabalho	1,19	34.269	31.862	(2.408)	(2.460)	52	0,2
Crédito	0,69	11.366	8.695	(2.671)	(1.571)	(1.100)	(9,7)
<b>Sub-total</b>		<b>206.019</b>	<b>194.642</b>	<b>(11.377)</b>	<b>(12.289)</b>	<b>912</b>	<b>0,4</b>
Resíduo explicado por outros fatores*		32.847	28.876	(3.971)	(1.649)	(2.321)	(7,1)
<b>Total</b>		<b>28.023</b>	<b>29.456</b>	<b>1.433</b>	<b>1.301</b>	<b>132</b>	<b>0,5</b>

(\*) Valor de 2008